



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELUCI INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ICONHA

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO¹ SOBRE A PRESTAÇÃO
DE CONTAS ANUAL – GESTÃO²**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno – Iconha/ES

Unidade Gestora: IPASIC - Instituto De Previdência dos Servidores do Município de Iconha/ES

Gestor responsável: Paulo Roberto Dalmolin

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1 INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como, em cumprimento as determinações contidas da IN TCEES 68/25020 e posteriores alterações, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Assim, o presente relatório compõe a Prestação de Contas do Ordenador de Despesa da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, relativo ao exercício financeiro de 2023.

Destacamos que IN TC 68/2020, esta Controladoria Geral tem a obrigatoriedade de emitir 4 (quatro) RELUCIs, 1 (um) RELOCI, 4 (quatro) RELACIs e 5 (cinco) INFOCIs das Unidades Gestoras e da Conta de Governo, a serem enviados por parte do órgão de controle interno - Controladoria Geral ao TCEES.

São Unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Iconha, o Serviço autônomo de Água e Esgoto- SAAE.

A Unidade Central de Controle Interno no ano de 2023 foi composta por 01 (um) Controlador-Geral (cargo comissionado); 01 (um) Auditor Público Interno (contratado através

1 “ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO” para os Municípios que não implantaram unidades executoras de controle interno.

2 Artigos 82, § 2º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 135, §4º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC-261/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

de Processo Seletivo Simplificado), 01 (um) Assessor Técnico de Apoio ao Controle Interno (servidor efetivo em cargo comissionado), 01 (um) Ouvidor Municipal (cargo comissionado), e 01 (um) Auxiliar Administrativo (servidor efetivo).

A Controladoria Geral do Município adotou como metodologia de trabalho para emissão dos Relatórios acima citados, priorizar análises das demonstrações contábeis e demais arquivos da PCA, bem como dos procedimentos da tabela referencial 01 que pudessem ser comprovados por análise documental.

A seguir apresentamos os pontos de controle analisados, bem como os procedimentos adotados, com as constatações e sugestões, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Após análise das demonstrações contábeis, foi encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha por e-mail, o relatório parcial dessa análise, para possíveis ajustes e/ou notas explicativas.

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

2. GESTÃO PÚBLICA

2.1 Gestão Orçamentária

No exercício de 2020, com base nas informações do BALORC, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, arrecadou receitas, nos seguintes montantes:

Tabela 1 - Arrecadação do Exercício		
Regime de previdência	Prevista	Arrecadada
Receita Tributárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Contribuições	R\$ 3.806.680,00	R\$ 3.022.239,70
Receita Patrimonial	R\$ 1.100,00	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 220,00	R\$ 480,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 342.000,00	R\$ 5.660.365,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Totais	R\$ 4.150.000,00	R\$ 8.683.085,52

Fonte: BALORC/2023

Quando confrontamos as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas no exercício, apresentadas no BALORC, verificamos um superávit orçamentário no valor de R\$ 2.040.838,39 (oito milhões, quarenta mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos), conforme demonstrado na Tabela 02.

Tabela 2 - Apuração do Resultado Orçamentário	
Receitas Arrecadadas	R\$ 8.683.085,52
Total Receita (a)	R\$ 8.683.085,52
Despesas Empenhadas	R\$ 6.642.247,13
Total Despesa (b)	R\$ 6.642.247,13
Divergência = (a-b)	R\$ 2.040.838,39

Fonte: BALORC/2023

2.2 Gestão Financeira

2.2.1. Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação

Verificamos, através do TVDISP e dos Extratos Bancários apresentados, que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais. No do TVDISP com os Extratos Bancários podemos observar que demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados no BALVER com os extratos bancários no final do exercício.

A análise das demonstrações contábeis serão analisados em itens específicos.

2.2.2. Meta de Rentabilidade – RELPOL / DELPOL

Segundo o Descrito no DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – DPIN, apresentado a esta controladoria, a meta de retorno dos investimentos ficou estipulada igual a meta atuarial, correspondente a variação do INPC + juros de 4.67% aa ano de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Constatação: Verificamos que a rentabilidade anual efetiva no fundo de investimento no ano 2023 foi de 15,92%, acima do previsto, ou seja, em conformidade.

2.2.3. Comitê de investimentos - Instituição

O Comitê de Investimento é um órgão colegiado do RPPS que tem por atribuição específica participar do processo decisório e elaboração e decisão da Política de Investimento, cujo objetivo é avaliar a melhor aplicação com maior rentabilidade para o Fundo previdenciário. O Comitê de Investimento do IPASIC foi instituído pelo Decreto nº 3774 de 22/03/2021, conforme informações descritas no DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – DPIN, apresentado a esta Controladoria.

2.2.4. Comitê de Investimentos – Certificação dos Membros

Analisando o DEMPOL, verificamos que a maioria dos membros do Comitê de Investimentos e possuem certificação para operar no mercado brasileiro de capitais, conforme tabela abaixo:

MEMBRO	CARGO	TIPO CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
Paulo Roberto Dalmolin	Membro Titular – Representante do IPASIC	CGRPPS 4704	11/03/2025
Marilane Pires Marvilla	Membro Titular conselho administrativo – Representante dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal	CGRPPS	26/09/2025
Adair José Bianche	Membro Suplente Representante servidores efetivos SAAE	ANBIMA CPA-10	08/03/2024
Carlos Eduardo Soares Lopes	Presidente e Representante dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal	ANBIMA CPA-10	07/10/2023
Elisangela Trevezani Oliveira Azevedo	Membro Suplente Representante do IPASIC – Membro nato suplente	CGRPPS 5191	19/09/2025

2.2.5. Parcelamentos De Débitos Previdenciários

O gestor do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha/ES declara no RELPAR e no DELQUIT do exercício 2023 que não há parcelamento dos débitos previdenciários. Podemos observar que no DEMREC, na tabela A - RECEITA DE PARCELAMENTO DEVIDA PELO ENTE NO EXERCÍCIO não há valores de parcelamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2.3 Gestão Atuarial

Para evidenciar o resultado atuarial, expõe-se a seguinte tabela retirada do DEMAAT.

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Ativos Garantidores do Plano	55.289.393,96
Provisões Matemáticas	155.494.106,21
Compensação Previdenciária	6.466.310,32
RESULTADO	93.738.401,93
RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Superavit	0,00
Reserva de Contingencia	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Déficit	-93.738.401,93
Déficit Equacionado	-70.413.134,97
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit atuarial estabelecido em lei	70.413.134,97
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Déficit Atuarial a Equacionar	-23.325.266,96

Fonte: DEMAAT

Conforme se verifica existe déficit atuarial, o qual já possui plano de amortização. O resultado deficitário do plano deve ser reequilibrado através da manutenção das alíquotas implementadas pela Lei nº 1.384 de 18 de maio de 2023.

Deve ainda ser levada em consideração a RECOMENDAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT pelo DEMAAT apresentado na PCA de 2023. Nela, o atuário pontua, para sanar tal insuficiência, três cenários de amortização.

3. PONTOS DE CONTROLE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi realizada análise de consistência dos arquivos encaminhados por e-mail, conforme os pontos de controle predefinidos, tal como demonstrado a seguir:

3.1. Apuração Financeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

A apuração do fluxo de caixa do IPASIC no período sofreu um aumento, no montante de R\$ 11.110.675,97 (onze milhões, cento e dez mil e seiscentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos), conforme apresentado na Tabela 03.

Tabela 1 - Fluxo de Caixa no Período	
(a) Caixa e Equivalente de Caixa no exercício atual	R\$ 55.289.393,96
(b) Caixa e Equivalente de Caixa no exercício anterior	R\$ 44.178.717,99
(c) = (a) - (b) Resultado	R\$ 11.110.675,97

Fonte: DEMFCA/2023

3.2 Confronto entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens:

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques e de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários de bens realizados em 31/12/2023.

Tabela 2 - Saldo das Contas Estoques, Imobilizado e Intangíveis			
Descrição	Balanco Patrimonial (a)	Inventários (b)	Divergência (a-b)
Estoques	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bens Móveis	R\$ 64.248,82	R\$ 64.248,82	R\$ 0,00
Bens Imóveis	R\$ 169.200,00	R\$ 169.200,00	R\$ 0,00
Bens Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: BALPAT, INVALM, INVMO, INVIMOV E INVINT/2023

Assim, verifica-se que os valores constantes na tabela 2 acima estão em conformidade com valores do Balanço Patrimonial o

3.3 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial (Base Legal: artigos 85,101,104 e 105 da Lei 4.320/1964)

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultado Patrimonial	
Exercício Atual	Valor
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (a)	R\$ (3.837.820,55)
Resultado do Exercício - BALPAT (b)	R\$ (3.837.820,55)
Divergência c = (a - b)	R\$ -



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Exercício Anterior		
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (d)	R\$	(1.024.682,02)
Resultado do Exercício - BALPAT (e)	R\$	(1.024.682,02)
Divergência f = (d - e)	R\$	-

Fonte: DEMVAP/BALPAT/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.4 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores (Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964).

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, em observância ao método das partidas dobradas, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Comparativo dos Saldos Devedores e credores		
Saldos Devedores (a) = I + II	R\$	220.155.388,65
Ativo (BALPAT) – I	R\$	125.970.765,37
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	R\$	4.184.623,28
Saldos Credores (b) = III – IV + V	R\$	220.155.388,65
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) – III	R\$	125.970.765,37
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	R\$	(3.837.820,55)
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	R\$	90.346.802,73
Divergência (c) = (a) - (b)	R\$	-

Fonte: DEMVAP e BALPAT/2023

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

3.5 Análise entre os demonstrativos “Ativos e Passivos Financeiros” e a conta DDR – Disponibilidade por Destinação de Recurso do Balancete de Verificação (BALVERF).

Tabela 5 - Apuração Déficit/Superávit Financeiro		
Balancete Patrimonial		
Ativo Financeiro (a)	R\$	55.289.393,96
Passivo Financeiro (b)	R\$	717,20
Superávit/Déficit (c=a-b)	R\$	55.288.676,76
Superávit apurado no BALPAT (d)	R\$	55.288.676,76
Divergência (e = c-d)	R\$	-
Balancete de Verificação		
Saldo conta DDR 8.2.1.1.1.00.00.000 (f)	R\$	55.288.676,76
Divergência (g=f-d)	R\$	-

Fonte: BALPAT e BALVERF/2023

Assim, temos que os demonstrativos contábeis estão em conformidade.

3.6 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar não processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

O valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 - Restos a pagar não Processados		
Balanço Financeiro (a)	R\$	-
Balanço Orçamentário (b=c-d)	R\$	-
Despesa Empenhada (c)	R\$	6.642.247,13
Despesa Liquidada (d)	R\$	6.642.247,13
Divergência e= a-b	R\$	-

Fonte: BALFIN e BALORC/2023

Assim, temos que os demonstrativos contábeis estão em conformidade.

3.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 - Restos a pagar Processados		
Balanço Financeiro (a)	R\$	650,00
Balanço Orçamentário (b= c-d)	R\$	650,00
Despesa Liquidada (c)	R\$	6.642.247,13
Despesa Paga (d)	R\$	6.641.597,13
Divergência e= a-b	R\$	-

Fonte: BALFIN e BALORC/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 - Total da Receita Orçamentária		
Balanço Financeiro (a)	R\$	8.683.085,52
Balanço Orçamentário - Receita Realizada (V) (b)	R\$	8.683.085,52
Divergência c = a-b	R\$	-

Fonte: BALFIN/BALORC/2023

Conforme demonstrado há conformidade entre os valores apurados para a receita orçamentária apresentada no BALFIN e no BALORC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

3.9 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário.

Tabela 9 - Total da Despesa Orçamentária		
Balanço Financeiro (a)	R\$	6.642.247,13
Balanço Orçamentário - Despesas Empenhadas (b)	R\$	6.642.247,13
Divergência c = a-b	R\$	-

Fonte: BALFIN/BALORC/2023

3.10 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada (Base Legal: artigos 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964).

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada.

Tabela 10 - Execução Despesa Orçamentária		
Despesa Empenhada (a)	R\$	6.642.247,13
Dotação Atualizada (b)	R\$	6.647.558,80
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	R\$	(5.311,67)

Fonte: BALORC/2023

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

3.11 Análise das Contas do Ativo não circulante imobilizado

A soma das classes “Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada” deve ser igual ou menor que as classes a que pertencem estas contas redutoras, ou seja, bens móveis e bens imóveis do Ativo Imobilizado.

Tabela 11 - Contas do Ativo não Circulante Imobilizado (BALPAT)		
IMOBILIZADO - BALPAT (a)	R\$	207.961,89
SOMA: DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (b)	R\$	25.486,93
TOTAL A MENOR (c) = a-b	R\$	182.474,96

Fonte: BALPAT/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.12 Análise do saldo patrimonial do BALPAT e o saldo da conta Restos a Pagar Não Processados a liquidar.

Tabela 12 - Saldo Patrimonial e RAP não processados em relação ao Patrimônio Líquido		
Saldo Patrimonial - BALPAT (a)	R\$	(23.073.359,49)
Saldo Conta RP não processados a liquidar - (6.3.1.7.1.00.00.000) BALVER (b)	R\$	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Patrimônio Líquido - BALPAT (c)	R\$	(23.073.359,49)
Divergência (d) = (a+b-c)	R\$	-

Fonte: BALPAT/BALVERF/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.13 Análise dos restos a pagar processados e não processados liquidados em relação ao Balanço Financeiro

O valor pago de restos a pagar processados e não processados liquidados constantes do BALORC deve ser igual ao valor constante na conta de pagamentos de restos a pagar processados da coluna dispêndios do BALFIN.

Tabela 13 - Restos a pagar		
RAP processados e não processados liquidados - BALORC (a)	R\$	650,00
Pagamento de RAP processados - BALFIN (b)	R\$	650,00
Divergência (c) = (a-b)	R\$	-

Fonte: BALORC/BALFIN/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.14 Comparação entre o saldo da Conta Crédito Utilizado e a Despesa Empenhada

O saldo total da conta 6.2.2.1.3.00.00 – Crédito Utilizado no BALVERF deve ser igual a Despesa Empenhada no Balanço Orçamentário.

Tabela 14 - Saldo da Conta Crédito Utilizado X Despesa Empenhada		
Crédito Utilizado - 6.2.2.1.3.00.00 - BALVERF (a)	R\$	6.642.247,13
Despesa empenhada - BALORC (b)	R\$	6.642.247,13
Divergência (c) = (a-b)	R\$	-

Fonte: BALVERF/BALORC/2023

Assim, se verifica que os demonstrativos estão em conformidade.

3.15 Análise das receitas realizadas do Balanço Orçamentário em relação ao BALVERF

Tabela 15 - Receitas Realizadas		
BALORC		
Total Receitas Realizadas (a)	R\$	8.683.085,52
BALFIN		
Receita Orçamentária (b)	R\$	8.683.085,52
Divergência (e) = a - d	R\$	-

Fonte: BALORC/BALVERF/2023

Assim, se verifica que os demonstrativos estão em conformidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

3.16. Análise de Natureza Orçamentária para conferência de saldos

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

Tabela 16 - Comparação dos saldos das contas do grupo 5 x 6 - BALVERF		
Grupo 5		
Denominação	Saldo	
50000 - Controle da aprovação do Planejamento e Orçamento	R\$ 650,00	
53000 - Inscrição de Restos a Pagar	R\$ 650,00	
53100 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processado	R\$ -	
53200 - Inscrição de Restos a Pagar Processado	R\$ 650,00	
Grupo 6		
Denominação	Saldo	Divergência
60000 - Controle da Execução Orçamentária	R\$ 650,00	R\$ -
63000 - Execução de Restos a Pagar	R\$ 650,00	R\$ -
63100 - Execução de Restos a Pagar Não Processado	R\$ -	R\$ -
63200 - Execução de Restos a Pagar Processado	R\$ 650,00	R\$ -

Fonte: BALVERF/2023

Assim, se verifica que os demonstrativos estão em conformidade.

3.17. Análise do Total das variações Patrimoniais em relação ao BALVERF

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

Tabela 17 - Comparação dos saldos das contas do grupo 7 x 8 - BALVERF		
Grupo 7		
Denominação	Saldo	
70000 - Controles Devedores	R\$ 56.080.732,76	
71000 - Atos Potenciais	R\$ 55.534,14	
72000 - Administração Financeira	R\$ 55.289.393,96	
72100 - Disponibilidade por Destinação	R\$ 55.289.393,96	
72200 - Programação Financeira	R\$ -	
79000 - Outros controles	R\$ -	
Grupo 8		
Denominação	Saldo	Divergência
80000 - Controles Devedores	R\$ 56.080.732,76	R\$ -
81000 - Execução dos Atos Potenciais	R\$ 55.534,14	R\$ -
82000 - Execução da Administração Financeira	R\$ 55.289.393,96	R\$ -
82100 - Execução da Disponibilidade por Destinação	R\$ 55.289.393,96	R\$ -
82200 - Execução da Programação Financeira		R\$ -
89000 - Outros controles	R\$ -	R\$ -

Fonte: BALVERF/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

3.18. Análise de Natureza de Controle para conferência de saldos

O Valor Total das Variações Patrimoniais Aumentativas evidenciado no DEMVAP deve ser igual a soma das contas 4.1.0.0.0.00.00, 4.2.0.0.0.00.00, 4.3.0.0.0.00.00, 4.4.0.0.0.00.00, 4.5.0.0.0.00.00, 4.6.0.0.0.00.00 e 4.9.0.0.0.00.00.

O Valor Total das Variações Patrimoniais Diminutivas evidenciado no DEMVAP deve ser igual a soma das contas 3.1.0.0.0.00.00, 3.2.0.0.0.00.00, 3.3.0.0.0.00.00, 3.4.0.0.0.00.00, 3.5.0.0.0.00.00, 3.6.0.0.0.00.00, 3.7.0.0.0.00.00 e 3.9.0.0.0.00.00.

Tabela 18 - Comparação - BALVERF x DEMVAP					
DENOMINAÇÃO	BALVERF/Balanco		DEMVAP		Divergência
3000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	R\$	94.184.623,28	R\$	94.184.623,28	R\$
3100 - PESSOAL E ENCARGOS	R\$	603.619,75	R\$	603.619,75	R\$
3110 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL	R\$	580.111,11	R\$	580.111,11	R\$
3120 - ENCARGOS PATRONAIS	R\$	23.508,64	R\$	23.508,64	R\$
3200 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	R\$	5.914.354,17	R\$	5.914.354,17	R\$
3300 - USO DE BENS, SERV., E CONS DE CAP. FIXO	R\$	89.933,50	R\$	89.933,50	R\$
3310 - USO DE MAT. DE CONSUMO	R\$	69,19	R\$	69,19	R\$
3320 - SERVIÇOS	R\$	83.478,33	R\$	83.478,33	R\$
3400 - VARIAÇÕES PATR. DIMIN. FINANCEIRAS	R\$	2.266.610,98	R\$	2.266.610,98	R\$
3500 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	R\$		R\$		R\$
3600 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	R\$		R\$		R\$
3700 - TRIBUTARIAS	R\$	12.135,83	R\$	12.135,83	R\$
3900 - OUTRAS VPD	R\$	85.297.969,05	R\$	85.297.969,05	R\$
4000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	R\$	90.346.802,73	R\$	90.346.802,73	R\$
4100 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$		R\$		R\$
4200 - CONTRIBUIÇÕES	R\$	73.350.165,99	R\$	73.350.165,99	R\$
4300 - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	R\$	480,00	R\$	480,00	R\$
4400 - VARIAÇÕES PATR. AUMENT. FINACEIRAS	R\$	9.684.335,98	R\$	9.684.335,98	R\$
4500 - TRANSF. E DELEG. RECEBIDAS	R\$	6.094.296,50	R\$	6.094.296,50	R\$
4600 - VALORIZAÇÃO E GANHOS - ATIVOS E DESINC	R\$		R\$		R\$
4900 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$	1.217.524,26	R\$	1.217.524,26	R\$
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERAVIT)	R\$	(3.837.820,55)	R\$	(3.837.820,55)	R\$

Fonte: DEMVAP/ BALVERF/2023

Conforme demonstrado na Tabela 18, há conformidade entre os valores comparados entre o BALVERF e o DEMVAP.

3.19 O valor do subtotal com refinanciamento da coluna dotação inicial do Balanço Orçamentário deve ser igual ao saldo da conta 5221101 (Crédito Inicial).

Tabela 19 - Comparação - Contas - BALORC X BALVERF	
D. INIC. - SUBTOTAL COM REFINANC. - BALORC (a)	R\$ 4.183.000,00
5221101 - CREDITO INICIAL - BALVERF (b)	R\$ 4.200.000,00
Divergência (c) = a - b	-R\$ 17.000,00

Fonte: BALORC/BALVERF/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, sendo que o valor divergente se trata de RESERVA DO RPPS (XII) no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil) constante no BALANCOR.

3.20. O valor do subtotal com refinanciamento da coluna dotação atualizada do Balanço Orçamentário deve ser igual ao saldo da conta 5.2.2.1.1 (Crédito Inicial) + 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por tipo de crédito) - 5.2.2.1.9 (cancelamento/remanejamento de dotação).

Tabela 20 - Comparação - Contas - BALORC X BALVER	
D. ATUAL - SUBTOTAL COM REFINANC. - BALORC (a)	R\$ 6.647.558,80
5221101 - CREDITO INICIAL - BALVERF (b)	R\$ 4.200.000,00
5221200 - DOT. ADIC. POR TIPO... - BALVERF (c)	R\$ 2.850.685,36
Divergência (d) = a - (b + c)	-R\$ 403.126,56

Fonte: BALORC/BALVERF/2023

Verificou-se que a divergência, apontada na tabela acima, no valor R\$ 403.126,56 (quatrocentos e três mil e cento e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) é referente à anulação de dotação. Verificamos que esse valor está descrito no BALVER na conta 52213030000: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES na quantia de R\$ 386.126,56 (trezentos e oitenta e seis mil e cento e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), bem como a reserva, sendo o restante, qual seja, a quantia de R\$ 17.000,00 (dezesete mil), a reserva de RPPS.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.21 Conciliação das contas – DELQUIT/BALPAT

O gestor do IPASIC declarou, no DELQUIT, que a unidade gestora do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ICONHA, recebeu todas as contribuições patronais e dos servidores, da competência do exercício de 2023, vincendas no exercício, de todos os órgãos e entidades da administração pública.

Declarou também que não há parcelamento em vigência com nenhum ente municipal. Confrontando o saldo devedor do Balanço Patrimonial, com o declarado no DELQUIT, pode-se verificar que não há saldo de dívida, conforme declarado pelo gestor.

4. TRANSPARÊNCIA

Inicialmente destacamos que, quanto as informações dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do RPPS e os critérios para garantir o equilíbrio atuarial **se encontram**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

devidamente disponibilizadas ao público através do Portal Da Transparência, disponível em: < <https://www.ipasic.es.gov.br/legislacao>> ; < <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/conselho-fiscal---mandato-2023-a-2026/6548> > ; < <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/comite-de-investimento---2021/6554> >; < <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/conselho-administrativo-2021-2024/6553> > . Acesso em: 21 mar. 2024.

Apenas pontuamos algumas informações desatualizadas:

4.1. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibiliza os **dados de servidores desatualizados** (disponível em: <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/ipasic-em-numeros/6505> acesso em: 18 mar. 2024) atualizados em março de 2019.

4.2. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibiliza os **dados de contratos desatualizados** (disponível em: <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/contratos----2021/6551> acesso em: 18 mar. 2024) atualizados em fevereiro de 2021.

4.3. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibilizou os **dados dos últimos recadastramentos e censo previdenciário** (disponível em: <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/recadastramento/6512> acesso em: 18 mar. 2024) atualizados em outubro de 2019, embora tenha havido recadastramento de 25 de setembro de 2023 a 01 de novembro de 2023.

4.4. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibilizou o **relatório estatístico e-sic** (disponível em: <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/recadastramento/6512> acesso em: 18 mar. 2024) atualizado no ano de 2021.

Proposição: Que seja atualizado o Portal do IPASIC e o Portal Transparência, com inserção das informações, descritas acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

5. DA ANÁLISE DOS PONTOS DE CONTROLE

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados³	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle⁴	Amostra Selecionada⁵
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Processo nº 002363/2024 Relatório de pagamentos BALFIN BALORC	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Resultado apurado no item 3.6 e 3.7 da análise da prestação de contas contábeis deste RELUCI	Revisão Analítica; Conciliação e Questionário Anual
1.2 Gestão previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Processo nº 002363/2024	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
1.2.2.	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Processo nº 002363/2024	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
1.2.3.	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processo nº 002363/2024 Análise relatório BALVER	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
1.2.4.	Retenção/Repass	Processo nº	CF/88, art. 40.	Verificar se houve a retenção	Análise	Análise

3 Pode ser listado em anexos

4 Quando possível, indicar a totalidade de recursos, ou processos, ou itens, que compõe o objeto/ponto de controle no período analisado.

5 Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, selecionados para compor a amostra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	e das contribuições previdenciárias parte servidor	002363/2024 Análise relatório: DEMCSE	LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	relatório e Questionário anual	relatório e Questionário anual
1.2.5.	Parcelamento de débitos previdenciários	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: DOCSPAR DELQUIT RELPAR DEMREC	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.6	Registro por competência – Receitas de Contribuições	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: DEMVAP DEMREC BALVER	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.7	Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: BALVER	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.8.	Medidas de Cobrança Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Processo nº 002363/2024	LRF (LC 101/2000).	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
1.2.9	Despesa Administrativa do RPPS	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: DEMDAD Balancete da Despesa	Lei 9.717/98, art. 6º, inc. VIII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84; Lei Local: Lei Municipal nº 032/1992	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			Lei Municipal nº 1001/2017			
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: EXTBAN TVDISP	LRF, art. 43, § 1º	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.11	Disponibilidades financeiras – Limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	Processo nº 002363/2024 Atas Comitê de Investimento	LRF, art. 43, § 1º; Lei 9.717/1998, art. 6º, inc. IV; Resolução CMN 4.963/2021.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
1.2.12	Disponibilidades financeiras – vedações	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: EXTBAN	LRF, art. 43, § 1º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: DELQUIT DEMAAT	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: NOTATU DEMAAT	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Análise relatório e Questionário Anual	Análise relatório e Questionário Anual
1.2.15	Escrituração Contábil – Provisões matemáticas previdenciárias	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: BALPAT BALVER DEMAAT	LRF, art. 69; Lei 4.320/1964, art. 100; Lei 9.717/98, art. 1º; NBC TSP-EC; MCASP.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Análise relatório e Questionário anual	Análise relatório e Questionário anual
1.2.16	Escrituração Contábil	Processo nº 002363/2024 Análise relatório:	Normas Brasileiras de Contabilidade e MCASP	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo as normas brasileiras de	Revisão analítica e	Revisão analítica e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

		BALPAT BALFIN BALORC		contabilidade aplicadas ao setor público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Questionário anual	Questionário anual
1.2.17	Conciliação de contas – Registro de créditos a receber	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: DELQUIT BALPAT	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	Conciliação e Questionário Anual	Conciliação e Questionário Anual
1.2.18	Conciliação de contas – Controle da receita de contribuições previdenciárias	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: DELQUIT DEMREC	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)	Conciliação e Questionário Anual	Conciliação e Questionário Anual
1.2.19	Conciliação de contas – Registro de provisões matemáticas previdenciárias	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: BALATU BALVER	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Conciliação e Questionário Anual	Conciliação e Questionário Anual
1.3 Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT DEMVAP BALPAT	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT DEMVAP BALPAT e Questionário anual	Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT DEMVAP BALPAT e Questionário anual
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Processo nº 002363/2024 Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT e Questionário Anual	Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT e Questionário Anual
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras	Processo nº 002363/2024 Processo nº 2309/2024	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Confirmação Externa e Análise EXTBAN e	Confirmação Externa e Análise EXTBAN e Questionário



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	Oficiais	EXTBAN			Questionário Anual	Anual
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Processo nº 002363/2024 Processo nº 2309/2024 EXTBAN	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
1.5 Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Processo nº 002363/2024 DOCSPCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	ROLRES RELGES BALORC BALFIN BALPAT DAMVAP BALVER-ANUAL BALEXOR EXTBAN TVDISP BALEXOD JUSTCRO PROEXE DOCSPCA RELUCI INVMO TERMOV INVIMO TERIMO NOTAEXP INVALM TERALM TERINT DEMCSE DEMREC BASECD DEMAAT DELATU PARATU PROATU BALATU SUSTEN DECAMO RELCUST RELPAD DEMDAD RELPOL DEMPOL RELRENT PARFIS DELQUIT	ROLRES RELGES BALORC BALFIN BALPAT DAMVAP BALVER-ANUAL BALEXOR EXTBAN TVDISP BALEXOD JUSTCRO PROEXE DOCSPCA RELUCI INVMO TERMOV INVIMO TERIMO NOTAEXP INVALM TERALM TERINT DEMCSE DEMREC BASECD DEMAAT DELATU PARATU PROATU BALATU SUSTEN DECAMO RELCUST RELPAD DEMDAD RELPOL DEMPOL RELRENT PARFIS DELQUIT



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

					RELPAR INVINT DEMDIFD DEMDFLT RELACI DOCSPAR DURPASS HIPOTES BALGAPE RELCENS DELCONES DEMFCA CRONOS DECATU NOTATU INFOCI	RELPAR INVINT DEMDIFD DEMDFLT RELACI DOCSPAR DURPASS HIPOTES BALGAPE RELCENS DELCONES DEMFCA CRONOS DECATU NOTATU INFOCI
1.5.2	Segregação de funções	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 37	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de Autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Questionário anual	Questionário anual
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Processo nº 002363/2024	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Questionário anual	Questionário anual
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	Processo nº 002363/2024	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Questionário anual	Questionário anual

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.10	Execução de programas e projetos	Processo nº 002363/2024 LOA	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
2.2.18	Realização de investimentos	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um	Análise Documental e	Análise Documental e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	plurianuais	PPA		exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autoriza a inclusão.	Questionário anual	Questionário anual
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório: CRONOS JUSTCRO	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Análise Relatório: CRONOS JUSTCRO e Questionário Anual	Análise Relatório: CRONOS JUSTCRO e Questionário Anual I
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Processo nº 002363/2024	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.31	Despesa – liquidação	Processo nº 002363/2024	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Processo nº 002363/2024	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Processo nº 002363/2024	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Questionário anual	Questionário anual
2.2.34	Despesa – auxílios, Contribuições e subvenções.	Processo nº 002363/2024 LDO LOA	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Processo nº 002363/2024	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.3 Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório: BALPAT	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e	Exame de Registros e Questionário anual	Exame de Registros e Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	judiciais			evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.		
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.3.5	Cancelamento de passivos	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório: BALVER	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.4 Limites constitucionais e legais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências voluntárias	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório: BALFIN	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Processo nº 002363/2024 Análise Documental	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5 Gestão previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Processo nº 002363/2024	LC 116/2003, art. 6º; Lei 8.212/1991; Dec. 3.000/1999; Lei Local	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.2	Base de cálculo de contribuições	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69;	Verificar a existência de uma base de contribuição	Questionário anual	Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	- RPPS	Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal nº 974/2017 Lei Municipal nº 1.038/2018 Lei Municipal nº 1.084/2019 Lei Municipal nº 1.166/2020 Lei Municipal nº 1.350/2022 Lei Municipal nº 1.384/2023	Lei 9.717/1998, art. 1º.	regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.		
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Processo nº 002363/2024 Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal nº 974/2017 Lei Municipal nº 1.038/2018 Lei Municipal nº 1.084/2019 Lei Municipal nº 1166/2020 Lei Municipal nº 1.350/2022 Lei Municipal nº 1.384/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.4	Alíquota de contribuição – Retenção e recolhimento	Processo nº 002363/2024 Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal nº 974/2017 Lei Municipal nº 1.038/2018 Lei Municipal nº 1.084/2019 Lei Municipal nº 1166/2020 Lei Municipal nº 1.350/2022 Lei Municipal nº 1.384/2023	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.6	Contribuições previdenciárias dos	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS exerce controle sobre a arrecadação dos servidores cedidos a outros entes, independente	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	servidores cedidos		1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24.	da modalidade de cessão.		
2.5.7	Servidores cedidos	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Processo nº 002363/2024	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 75.	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Processo nº 002363/2024	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.11	Compensação Previdenciária	Processo nº 002363/2024 Acordo de cooperação técnica nº 44.000.003365/2001-51	CRFB/88, art. 201, § 9º; Lei 9.796/1999, art. 4º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 81.	Verificar se a unidade gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao sistema COMPREV do Ministério da Previdência, a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.12	Orçamento – Fontes de recursos vinculadas	Processo nº 002363/2024	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.13	Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas	Processo nº 002363/2024	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar a existência de dotação orçamentária para a execução da despesa do RPPS que recebe aporte para cobertura de insuficiência financeira como complementação da folha de benefícios previdenciários, em montante correspondente com a fonte de recursos do tesouro.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.14	Transparência	Processo nº 002363/2024 Portal da Transparência	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e	Observação direta: https://www.ipasic.es.gov.br/	Observação direta: https://www.ipasic.es.gov.br/



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

				parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial		
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	<p>Processo nº 002363/2024</p> <p>Conselho Administrativo Decreto nº 3.774/2021 alterado pelos Decretos nº 4.054/2022 e 4185/2023</p> <p>Conselho Fiscal Portaria IPASIC Nº 764/2023</p>	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VI; Portaria MTP 1.467/2022, art. 76 a 80.	Avaliar se os membros do Conselho ou órgão deliberativo do RPPS possuem os seguintes critérios: efetividade, paridade, legitimidade e grau de instrução compatível com as atividades do RPPS.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.16	Obrigações do MPS	<p>Processo nº 002363/2024</p> <p>CRP, DRAA, DAIR, DIPR e DPIN</p>	Portaria MTP 1.467/2022, art. 241.	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP	Relatório anual e Questionário Anual	Relatório anual e Questionário Anual
2.5.18	Avaliação atuarial – Reavaliação anual	<p>Processo nº 002363/2024 e</p> <p>Análise Relatório e Cálculo atuarial 2023</p>	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	<p>Processo nº 002363/2024 e</p> <p>Cálculo atuarial 2023</p>	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	<p>Leis Municipais nº 605/2010 nº 958/2017 nº 974/2017 nº 1038/2018 nº 1084/2019 nº 1166/2020 nº 1350/2022 nº 1.384/2023</p>	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55 a 57.	Verificar se foi instituído em lei pelo ente um plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, conforme exigido pela legislação.	Análise Documental	Análise Documental
2.5.21	Plano de Amortização – estudo de viabilidade	<p>Leis Municipais nº 605/2010 nº 958/2017 nº 974/2017</p>	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º e 69; Portaria MTP 1.467/2022,	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por	Análise Documental	Análise Documental



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

		nº 1038/2018 nº 1084/2019 nº 1166/2020 nº 1350/2022 nº 1.384/2023	art. 64.	todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.		
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Processo nº 002363/2024	MCASP; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º, 50, inc. III, e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 60, caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.24	Transferência de recursos entre Fundo Previdenciário para o Financeiro.	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 60, inc. IV.	Verificar se houve transferência de recursos entre os fundos, financeiro e previdenciário, seja recurso financeiro, orçamentário ou de contribuições e até de segurados	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Processo nº 002363/2024 IN SPP nº 04/2018 aprovada pelo Decreto 3393/2018 Portaria IPASIC nº 782/2023	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas "prova de vida".	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.26	Censo Atuarial	Processo nº 002363/2024 IN SPP nº 04/2018 aprovada pelo Decreto 3393/2018 Portaria IPASIC nº 782/2023	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.27	Hipóteses Atuariais – Definição	Processo nº 002363/2024 e Cálculo atuarial 2023	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

				dos compromissos futuros do RPPS.		
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Processo nº 002363/2024 e Cálculo atuarial 2023	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.29	Meta atuarial – definição	Processo nº 002363/2024 e Cálculo atuarial 2023	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 39.	Avaliar se a definição da meta atuarial está adequada frente às projeções macroeconômicas à época da realização do cálculo atuarial.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.30	Meta atuarial - cumprimento	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório: PROATU DEMAAT	Portaria MTP 1.467/2022, art. 136.	Avaliar o cumprimento da meta atuarial por meio das rentabilidades alcançadas em relação aos investimentos.	Análise Relatório e Questionário anual	Análise Relatório e Questionário anual
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Processo nº 002363/2024 Portarias Ipassic: nº 560/2017 nº 676/2021 nº 685/2021 nº 964/2021 nº 778/2023 Análise Relatório: COMINV	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91 e 280.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	Processo nº 002363/2024 Atas do Comitê de Investimento	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91, inc. III.	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.33	Comitê de investimentos – Certificados dos membros	Processo nº 002363/2024 Portarias Ipassic: nº 560/2017 nº 676/2021 nº 685/2021 nº 964/2021 nº 778/2023 Análise Relatório: RELPOL DEMPOL	Portaria MTP 1.467/2022, art. 76.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.34	Política de Investimento	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório DEMPOL	Lei 9.717/1998, art.1º, § único, e 6º, inc. IV e VI; Resolução CMN 4.963/2021, art.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Análise Relatório e Questionário Anual	Análise Relatório e Questionário Anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			4º.			
2.5.35	Aplicação dos recursos	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório EXTBAN TVDISP	CRFB/88, art. 164, § 3º; LRF, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)	Processo nº 002363/2024	Portaria MTP 1.467/2022, art. 116.	Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.37	Registro de Admissões	Processo nº 002363/2024	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	Processo nº 002363/2024	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Questionário Anual	Questionário Anual
2.5.39	Registro de Pensões	Processo nº 002363/2024 Portaria nº 706/2022 Processos de pensão em 2023	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.5.41	Pagamento de benefícios não previdenciários	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 40; EC 103/2019, art. 9º, § 2º; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 5º.	Verificar se o RPPS está pagando benefícios distintos aos previstos para o Regime Geral de Previdência Social.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Processo nº 002363/2024	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.44	Ação de repetição de indébito em relação a pagamento indevido de benefício	Processo nº 002363/2024	Lei Local	Verificar se há medidas efetivas para a cobrança dos valores pagos quando houver o pagamento indevido de benefícios.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Processo nº 002363/2024 Lei Municipal nº 032/1992 Lei Municipal nº 1001/2017	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local: Lei Municipal nº 032/1992 Lei Municipal nº 1001/2017	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2.5.46	Despesa administrativa – cumprimento do limite	Processo nº 002363/2024 Análise Relatório DEMDAD	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84;	Verificar se houve recursos previdenciários cobrindo o excesso da taxa administrativa (a taxa de administração será definida em lei do ente, sob forma de percentual incidente sobre o somatório da remuneração de contribuições dos servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício anterior).	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.6 Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Processo nº 002363/2024 Portal da Transparência Cidades Folha	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Análise Documental e Questionário Anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Processo nº 002363/2024 Portal da Transparência Cidades Folha	Legislação específica do órgão	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Análise Documental e Questionário anual	Análise Documental e Questionário anual
2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.7.2.3	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – envio ao TCE	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Questionário anual	Questionário anual
2.7.2.5	Registro de Pensões – envio ao TCE	Processo nº 002363/2024	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro. Contas de Gestão do RPPS	Questionário anual	Questionário anual
2.7.2.6	Registro de Pensões – apreciação do controle interno	Processo nº 002363/2024 Processos administrativos internos	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Análise documental e Questionário anual	Análise documental e Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

6. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES SUGERIDAS

Código	Achados	Proposições/alertas	Situação
4.1	Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibiliza os dados de servidores desatualizados (disponível em: https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/ipasic-em-numeros/6505 acesso em: 18 mar. 2024) atualizados em março de 2019	Que seja atualizado o Portal do IPASIC e o Portal Transparência, com inserção das informações descritas.	
4.2	Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibiliza os dados de contratos desatualizados (disponível em: https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/contratos---2021/6551 acesso em: 18 mar. 2024) atualizados em fevereiro de 2021.	Que seja atualizado o Portal do IPASIC e o Portal Transparência, com inserção das informações descritas.	
4.3	. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibilizou os dados dos últimos recadastramentos e censo previdenciário (disponível em: https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/recadastramento/6512 acesso em: 18 mar. 2024) atualizados em outubro de 2019, embora tenha havido recadastramento 25 de setembro de 2023 a 01 de novembro de 2023.	Que seja atualizado o Portal do IPASIC e o Portal Transparência, com inserção das informações descritas.	
4.4	. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibilizou o relatório estatístico e-sic (disponível em: https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/recadastramento/6512 acesso em: 18 mar. 2024) atualizado no ano de 2021.	Que seja atualizado o Portal do IPASIC e o Portal Transparência, com inserção das informações descritas.	

7. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Paulo Roberto Dalmolin, Presidente do IPASIC - Instituto De Previdência dos Servidores do Município de Iconha-ES, relativa ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 2; 3; 4; 5 desta manifestação, a referida prestação de contas *se encontra regular*.

Iconha/ES, 22 de março de 2024.

BRUNO PINTO COSTA

Auditor Público Interno

CRC-ES 17955/O

TATIANA SARTÓRIO ROCHA

Controladora Geral do Município de Iconha-ES

OAB-ES 27688